

**RodoNorte – Concessionária de
Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações Financeiras Referente ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da administração

1. Sobre a Companhia

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Discorre também, sobre o trabalho que a CCR RodoNorte vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

A CCR RodoNorte é a empresa responsável pela administração de 567 quilômetros de rodovias no Estado do Paraná, que representam o corredor de escoamento dos principais polos de produção agrícola do Estado ao porto de Paranaguá e aos países do Mercosul.

Nos termos do Contrato de Concessão nº 075/97 - onde consta como Poder Concedente o Estado do Paraná, por intermédio do DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem, por força do Convênio de Delegação nº 006/96, firmado entre União (DNER/DNIT) e o Estado do Paraná - a CCR RodoNorte é a Concessionária de serviços públicos, cujas atividades estão voltadas à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração de rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso, constantes do Lote 05, do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

O sistema abrange segmentos das rodovias BR 277 e BR 376, que ligam a capital Curitiba às principais cidades no Norte do Estado; segmento das rodovias PRC 373 e PR 151, entre Ponta Grossa e Jaguariaíva, além de segmento da BR 373, entre Ponta Grossa e a saída para o norte do Paraná e Foz do Iguaçu. Compõe também o Lote de rodovias administradas segmentos das rodovias: PR 092, PR 151, PR 239, PR 813, PR 340 e PR 090 (trechos rodoviários de acesso), vicinais as rodovias principais.

Com o volume diário médio de 12,6 mil veículos, a CCR RodoNorte é a quarta empresa do Grupo CCR em faturamento, e a maior das seis concessionárias do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Destaques

O pujante crescimento do agronegócio, principalmente nas regiões que contribuem com o tráfego nas rodovias administradas pela CCR RodoNorte, resultou no aumento significativo de veículos passantes no Lote, e desempenho da Concessionária.

Em 2013, a CCR RodoNorte, dando prosseguimento às obrigações previstas no cronograma de investimentos, pactuado com o Estado do Paraná, realizou importantes obras de engenharia, objetivando a preservação da segurança e a ampliação das rodovias do Paraná.

2. Estratégia e Gestão

Obrigações da Concessionária

Todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão nº 075/1997, firmado com o Estado do Paraná, foram devidamente cumpridas.

A CCR RodoNorte disponibilizou os serviços de assistência aos usuários, na área da concessão, prestando o serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários das rodovias.

No decorrer do exercício (2013) ocorreu a manutenção, a conservação e o melhoramento das rodovias, conforme determinado pelo cronograma de investimentos do Contrato de Concessão. Desde o início da concessão (1998) até 2013, atendendo as obrigações contratuais, a CCR RodoNorte concluiu o programa de reconstrução das rodovias, contemplando a restauração de todo o sistema rodoviário que integra o Lote (732 quilômetros equivalentes/pista com duas faixas), além do reforço e alargamento de 52 obras de arte especiais (pontes e viadutos). Foram duplicados 44 quilômetros de rodovias e implantadas: 11 novas passarelas, 3 quilômetros de vias marginais, 86 quilômetros de terceiras faixas e 256 quilômetros de novos acostamentos. No que tange as edificações operacionais foram construídos 6 postos de pesagem, 7 bases operacionais de atendimento (base SOS Usuário), 3 novos postos da polícia rodoviária e 3 centros de apoio ao usuário.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

Cenário Econômico

Em um ano de plantio ampliado e clima praticamente perfeito, a produção nacional de grãos deu um salto de quase 20 milhões de toneladas, consolidando um novo recorde na safra 2012/2013, com o tráfego da CCR RodoNorte não poderia ser diferente, também bateu recorde, chegando a 8% de aumento em eixos equivalentes totais, quando comparado ao ano de 2012.

O agronegócio está atrelado aos resultados da RodoNorte, é o carro-chefe dos setores econômicos na região de abrangência das rodovias administradas pela concessionária e sua cadeia produtiva, principal atividade geradora de tráfego em nossas rodovias. Os Portos de Paranaguá e São Francisco do Sul bateram recordes na movimentação e exportação em volume de grãos, nossas rodovias são o elo de ligação entre o agricultor e os navios e, portanto, em 2013 a CCR RodoNorte continuou contribuindo para o desenvolvimento econômico brasileiro.

No tráfego de passeio, as retomadas no crescimento da economia aliadas ao bom momento do agronegócio impulsionaram o crescimento da categoria.

Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão nº 075/97, assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, e a CCR RodoNorte (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada em 5,72%, no dia 1º de dezembro de 2013, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica, determinada contratualmente.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

Em unidades	2013	2012	Var%
Veículos equivalentes (Veq1)	87.329.625	80.897.255	8,0%
Veículos leves (Equivalentes)	18.326.929	17.587.179	4,2%
Veículos pesados (Equivalentes)	69.002.696	63.310.076	9,0%

(Veq1) – Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Avaliação – Variação de Tráfego (real 2013/2012)

O tráfego de veículos apresentou um crescimento de 8,0% no ano de 2013 sobre o mesmo período de 2012. Os resultados positivos apresentados são reflexos do bom momento que se encontra o setor de agronegócio nas regiões que impactam o tráfego da RodoNorte, conforme descrito no item de Cenário Econômico.

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional(R\$ mil)	2013	2012	Var%
Receita de pedágio	593.957	524.581	13,2%
Receita acessórias	10.630	10.712	-0,8%
Receita bruta operacional total	604.587	535.293	12,9%

Receita de construção

Receita bruta de construção(R\$ mil)	2013	2012	Var%
Total	44.925	22.847	96,6%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O ano de 2013 apresentou um aumento da receita de construção devido ao incremento das obras de duplicação da BR 277, região de Campo Largo, conforme cronograma de investimentos aprovados pelo Poder Concedente.

Receita líquida operacional

Receita operacional líquida(R\$ mil)	2013	2012	Var%
Receita de pedágio	593.957	524.581	13,2%
Receita acessórias	10.630	10.712	-0,8%
Tributos(PIS, Cofins, ISS)	(52.375)	(46.387)	12,9%
Descontos concedidos	(480)	(203)	136,5%
Receita operacional líquida total	551.732	488.703	12,9%

A Receita líquida operacional (desconsiderando a receita de construção) do ano de 2013 ficou 12,9% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas, principalmente, pelo reajuste contratual da tarifa básica, ocorrido em 1º de dezembro de 2012 (válido até novembro de 2013), em 4,69%, e pelo desempenho de tráfego.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 12,9% no ano de 2013, em relação ao ano de 2012, totalizando o valor de R\$ 52.375 milhões.

Custos e despesas totais

Custos e despesas (R\$ mil)	2013	2012	Var%
Custos	218.001	163.076	33,7%
Despesas	41.759	37.135	12,5%
Custos e despesas totais	259.760	200.211	29,7%

Os custos e despesas no ano de 2013 foram 29,7% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação ocorrida deve-se ao incremento do custo de construção decorrente das obras de duplicação da BR 277, cumprindo o cronograma de investimentos aprovado pelo Poder Concedente.

Resultado financeiro líquido

	2013	2012	Var%
Receitas financeiras	44.748	41.726	7,2%
Despesas financeiras	(60.720)	(68.050)	-10,8%
Resultado financeiro líquido	(15.972)	(26.324)	-39,3%

O resultado financeiro líquido no ano de 2013 foi 39,3% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior em decorrência da diminuição das despesas financeiras geradas por conta das amortizações dos saldos devedores de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil.

Investimentos

Em 2013, em continuidade ao programa de manutenção rodoviário, foram realizadas intervenções em 34,04 km de rodovias, sendo que destes, 19,32 quilômetros foram concluídos, com a recomposição das condições do pavimento e da sinalização, proporcionando mais conforto e segurança aos usuários. Nesse programa, foi efetuada ainda a manutenção de 2 obras de arte especiais, além da conformação de taludes e revitalização de sistemas de drenagem.

Em 2014, outra importante obra será concluída, a duplicação da rodovia BR 277, perfazendo 10,88 quilômetros de novas faixas, sendo: 2,18 quilômetros de variante, que ligará a pista sul (sentido Curitiba) a pista norte, e 8,70 quilômetros da duplicação paralela à pista norte; além da adequação de 2 viadutos existentes e a implantação de 2 trincheiras, 1 viaduto e 1 ponte. Esta obra iniciou em 2012 e teve 7,60 km entregues ao tráfego em 2013.

Ainda em 2014, atendendo as determinações do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a Concessionária dará início as obras de duplicação da rodovia BR 376, em um primeiro segmento de 11 km de intervenções. Para essa mesma rodovia, visando dar continuidade às obras de melhoria e ampliação da capacidade, também em 2014, estão em fase de elaboração os projetos executivos de 20,6 km de duplicação. Além dessas obras, em 2014 serão executadas melhorias viárias na interseção das rodovias PR 151 e PR 092 (Trevo de Jaguariaíva).

Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário

Total de acidentes (unidades)	2013	2012	Var%
Índice de acidentes	2,1859	2,2961	-4,80%
Índice de vítimas	1,2379	1,2689	-2,44%

4. Sustentabilidade

Responsabilidade Corporativa

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, a CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência, equidade, *accountability* (responsabilidade) e responsabilidade social, e é considerado referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de Governança Corporativa em diversas iniciativas, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BMF&Bovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BMF&Bovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e Censo GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas). Em 2013, o Grupo CCR foi reconhecido pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

A estratégia do Grupo CCR em 2013 consistiu em maximizar a rentabilidade do seu portfólio e viabilizar a perpetuidade, sustentada na competência diferenciada de relacionamento. A sustentabilidade foi uma das diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração que contribuíram para o atingimento das metas.

Seguindo tendência mundial que aponta para a integração entre os relatos corporativos, a CCR integra o seletor grupo de empresas participantes da iniciativa do IIRC – International Integrated Reporting Council – o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazo.

Dessa forma, o Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos capitais: financeiro, social, humano, manufaturado, natural e intelectual.

- Capital Financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital;
- Capital Social: desenvolvimento local, isto é inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte;
- Capital Humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal;
- Capital Manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços;
- Capital Natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais;
- Capital Intelectual: conhecimento e propriedade intelectual.

Para informações sobre o investimento social responsável, vide Relatório Anual e de Sustentabilidade CCR 2013 (<http://www.ccr.com.br/sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade>).

Atendimento ao Usuário

Em 2013, o Sistema de Atendimento aos Usuários da CCR RodoNorte, com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, em todos os dias do ano, atingiu 62 mil atendimentos, assim distribuídos:

- 3.049 atendimentos de resgate pré-hospitalar;
- 26.355 atendimentos de guinchos leves e pesados;
- 32.849 atendimentos de inspeção de tráfego.

Responsabilidade Social

Em 2013, além das obras e serviços prestados nas rodovias sob sua administração, a CCR RodoNorte também destinou recursos e investiu em diversos programas de impacto positivo na comunidade, principalmente nas áreas de saúde, educação, esporte e cultura, além de uma série de outras iniciativas que contribuíram para a formação educacional e profissional, a conscientização ambiental e a cidadania. Somente os principais programas sociais desenvolvidos pela CCR RodoNorte beneficiaram cerca de 90 mil pessoas em 2013.

Principais Programas desenvolvidos:

- **Programa Parto Humanizado atendeu 1850 gestantes**

Em 2013, 1850 gestantes foram atendidas pelo Programa Parto Humanizado/Laços de Amor, realizado pela CCR RodoNorte nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Piraí do Sul, Ortigueira, Imbaú, Califórnia e Marilândia do Sul, em parceria com as prefeituras e Pastoral da Criança. O objetivo é auxiliar os municípios da sua área de atuação na luta pela redução dos índices de mortalidade infantil. Para isso, a Concessionária motiva as gestantes para a realização do pré-natal, repassando um enxoval para o bebê para todas as gestantes que comprovam a realização do pré-natal.

- **Estrada para Saúde atende mais de 400 caminhoneiros**

Em 2013, 440 motoristas de caminhão foram beneficiados com a realização de exames médicos e com tratamento odontológico preventivo. Os serviços são gratuitos e foram realizados diretamente na estrada, através do Programa Estrada para a Saúde. Em uma unidade móvel adaptada com dois consultórios médicos, gabinete odontológico completo e sala de exames, o Estrada para a Saúde oferece gratuitamente consulta médica, exames de diabetes, triglicérides e colesterol, além da medição da pressão arterial, índice de massa corporal e vacinas. O motorista ainda pode cortar o cabelo e participar da Oficina do Sexo Seguro, com palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e distribuição de preservativos. O programa é realizado uma vez por semana, em pátios dos principais postos de combustíveis, às margens das rodovias PR 151, BR 277, BR 373 e BR 376.

- **Estrada para a Cidadania**

A iniciativa é desenvolvida pela CCR RodoNorte em parceria com as prefeituras municipais. O ‘Estrada para a Cidadania’ leva a matéria Educação para o Trânsito e Ambiental para as escolas públicas municipais. Os professores recebem capacitação para o tema em cinco oficinas anuais, em 10 cidades, ministradas pela empresa que produz o material didático – que tem inclusive cartilha em braile. Além das oficinas pedagógicas, o projeto “Estrada para a Cidadania” realiza diversas atividades, como concurso de desenho, distribuição de cartas escritas pelos alunos para motoristas nas rodovias e blitz educativas, com a presença das crianças em postos da Polícia Rodoviária Federal e ações com a Escola de Trânsito do DER. O projeto busca a formação em segurança no trânsito, com claro direcionamento para a formação cidadã. Na sala de

aula, o conteúdo é tratado de forma interdisciplinar, dialogando a questão trânsito e meio ambiente com todas as outras disciplinas. Em 2013, o programa foi realizado em 10 cidades (Apucarana, Ponta Grossa, Tibagi, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Campo Largo, Piraí do Sul, Califórnia e Ortigueira) com os temas Trânsito e Meio Ambiente. Foram 11.055 alunos com o tema Trânsito e 13.925 com o tema Meio Ambiente e 970 professores, em 226 escolas.

- **Apoio ao Festival Nacional de Teatro (Fenata)**

Há dez anos a CCR RodoNorte apoia o Festival Nacional de Teatro, realizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. A parceria tem proporcionado resultados cada vez melhores. A cada ano, um número cada vez maior de companhias artísticas demonstra interesse em participar do evento que é considerado um dos mais tradicionais do Sul do Brasil. Pessoas de todas as partes do Brasil vêm ao Paraná para apresentar sua arte. Quem sai ganhando é a comunidade, que pode assistir aos espetáculos com reconhecimento nacional. Em 2013, o público do Festival foi de 35 mil e foram realizadas mais de 200 apresentações.

- **SacoLona e UniFormas**

Preocupada com a preservação do meio ambiente a CCR RodoNorte lançou no ano de 2008 um projeto socioambiental. O objetivo é confeccionar sacolas retornáveis feitas com as lonas utilizadas em campanhas educativas na rodovia. Em 2009 o número de costureiras aumentou, passando de 14 para 60. A CCR RodoNorte e outras empresas disponibilizam para as costureiras as lonas utilizadas para a comunicação. Em 2013, o projeto retirou cerca de 6 toneladas de lonas de circulação e produziu cerca de 20 mil produtos. Neste mesmo ano o Projeto UniFormas também foi criado para contribuir com o meio ambiente, todo o uniforme, quando descartado pelo Grupo CCR, é reaproveitado. Foram mais de 3 mil peças produzidas com 5 mil uniformes. Além de dar a destinação correta para o material utilizado nas rodovias, a CCR RodoNorte ainda ajuda a garantir emprego e renda para as mulheres envolvidas.

- **Viva Coração**

Esse projeto visa a capacitação de diversos públicos da comunidade para reanimação cardiopulmonar. Esta iniciativa pretende levar ao conhecimento do maior número possível de pessoas alguns procedimentos simples, porém que podem ser muito úteis em casos de paradas respiratórias, infartos e outras situações de emergência. Em 2012, o projeto treinou mais de 740 pessoas através de eventos realizados em escolas, empresas e feiras.

- **Campanha “De Volta Pra Casa”**

Os recibos de pedágio emitidos pelas praças de pedágio administradas pela CCR RodoNorte continuam sendo utilizados com o objetivo de ajudar a encontrar crianças e adolescentes desaparecidos no Estado. Por mês são emitidos aproximadamente 1,5 milhão de recibos com as fotografias de crianças desaparecidas, impressas no verso, atingindo usuários das mais diversas origens e destinos do Estado do Paraná e de todo o País. A iniciativa faz parte da Campanha “De Volta Pra Casa”, em parceria com o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Estado do Paraná. A Campanha já ajudou a encontrar um adolescente de 15 anos que voltou para casa, em Campo Largo, no Paraná, depois de três anos desaparecido. Esta ação, além de manter viva a esperança de muitos pais reencontrarem seus filhos, contribui para o trabalho de prevenção.

- **Buzum!**

O Buzum! é o maior projeto itinerante de teatro infantil do Brasil. Desde 2010 já percorreu mais de 71 cidades, apresentando mais de 2000 vezes dois espetáculos do repertório Cia, Darwim BR e Filhotes de Brasil. Acontece em um ônibus adaptado com som, luz, bancos e ar condicionado com capacidade para 50 crianças em cada sessão.

E a CCR RodoNorte, em 2013 trouxe o Projeto Buzum ao Paraná em duas oportunidades, na primeira temporada o espetáculo “O Mundo Português” e na segunda temporada Darwim BR. Foram mais de 15 mil espectadores em mais de 50 dias de itinerância.

1ª Temporada – 14 cidades (Sengés, Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro, Carambeí, Balsa Nova, Campo Largo, Tibagi, Ortigueira, Imbaú, Ponta Grossa, Apucarana, Califórnia, Marilândia do Sul) – 10.891 espectadores.

2ª Temporada – 07 cidades (Ipiranga, Mauá da Serra, Palmeira, Carambeí, Castro, Pirai do Sul, Ortigueira) – 4.217 espectadores.

- **NBPG - Novo Basquete Ponta Grossa**

A CCR RodoNorte apoia o projeto Novo Basquete Ponta Grossa. O NBPG representa a cidade nas principais competições estaduais e nacionais. Além disso, os atletas participam de projetos sociais, incentivando a prática de esportes por crianças e adolescentes, servindo de espelho para toda uma geração. Esta é mais uma ação de sustentabilidade da CCR RodoNorte.

- **Roda Pião**

A CCR RodoNorte apoia o Projeto Roda Pião que visa desenvolver atividades socioeducativas e interativas para crianças e adolescentes de 0 a 16 anos e suas famílias com vistas à redução de suas vulnerabilidades sócio/afetivas. Projeto criado e desenvolvido pela Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV. São atendidas 100 crianças.

- **Eu entrei na Roda**

A CCR RodoNorte apoia o Projeto Eu entrei na roda e o visa oportunizar às crianças e aos adolescentes a prática esportiva, visando a qualidade de vida destes e inserção de valores, além disso, resgatar cantigas de roda e brincadeiras, dinamizando as relações familiares e vínculos afetivos. Projeto criado e desenvolvido pela Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV. São atendidas 100 crianças.

Reconhecimentos

- **Pesquisa Datafolha 2013**

Foi realizada pesquisa de imagem e satisfação entre junho e julho de 2013, na área de abrangência das rodovias administradas pela CCR RodoNorte, pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, com usuários de veículos de passeio, comercial, frotistas e formadores de opinião, com os seguintes resultados:

- Imagem da empresa: na média dos quatro públicos entrevistados, a imagem positiva passou de 61% em 2012 para 76% em 2013.

- Estrutura das rodovias: o índice de satisfação passou de 62% para 67,5%.

- Serviços oferecidos: o índice de satisfação saltou de 54%, em 2012, para 67,5% em 2013.

- Equipes de atendimento: 88% dos entrevistados atribuíram o conceito “ótimo” ou “bom” para a performance dos colaboradores.

- Valeu a pena: 78,5% acham que valeu a pena pagar pedágio. Destaque para o público formador de opinião, onde o índice de aprovação chegou a 97%.

- **Guia Quatro Rodas 2013**

Em 2013, dois segmentos das rodovias administradas pela CCR RodoNorte estão listados entre as 5 (cinco) melhores rodovias da região sul do País: as rodovias BR 376 e BR 277, entre Ponta Grossa e Curitiba, e a rodovia PR 151, entre Ponta Grossa e Pirai do Sul.

- **Selo Social – Ponta Grossa**

Em 2013 a CCR RodoNorte recebeu, pelo décimo primeiro ano consecutivo, o Selo Social concedido pela Prefeitura de Ponta Grossa em reconhecimento pela realização e participação em projetos sociais de interesse comunitário desenvolvido dentro do município de Ponta Grossa. Neste ano, a empresa voltou a receber o Selo na categoria Ouro devido ao elevado número de pessoas beneficiadas pelos programas sociais realizados na cidade.

5. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades.

A Administração

6. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

7. Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Ponta Grossa, 19 de fevereiro de 2014

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
Ponta Grossa - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 b, a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajustes de tarifas de pedágio. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes, que seriam necessários em caso de resolução desfavorável. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>2013</u>	<u>2012</u>			<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo				Passivo			
	Nota				Nota		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	85.666	82.298	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	427	95.285
Contas a receber com operações de derivativos	22	-	13.722	Debêntures	14	60.013	58.453
Contas a receber	7	3.626	1.738	Fornecedores	12	11.397	7.011
Contas a receber - partes relacionadas	9	25.194	20.262	Fornecedores - partes relacionadas	9	8.424	8.203
Impostos a recuperar		116	1.819	Impostos e contribuições a recolher	15	54.244	56.245
Despesas antecipadas e outras		<u>6.448</u>	<u>1.741</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		7.470	6.872
Total do ativo circulante		<u>121.050</u>	<u>121.580</u>	Obrigações com o poder concedente		9.000	7.298
				Outras contas a pagar		2.826	1.451
Não circulante				Provisão de manutenção	18	<u>22.681</u>	<u>22.645</u>
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		<u>176.482</u>	<u>263.463</u>
Depósitos judiciais		1.891	7.091				
		<u>1.891</u>	<u>7.091</u>	Não circulante			
				Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	145	571
Imobilizado	10	26.715	26.242	Debêntures	14	176.872	113.991
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	699	490
Intangível	11	<u>480.623</u>	<u>476.531</u>	Impostos diferidos	8b	13.109	24.197
				Provisão de manutenção	18	<u>58.597</u>	<u>45.757</u>
Total do ativo não circulante		<u>509.229</u>	<u>509.864</u>	Total do passivo não circulante		<u>249.422</u>	<u>185.006</u>
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		<u>630.279</u>	<u>631.444</u>	Capital social	19a	129.970	114.800
				Reserva de lucros	19b,d	<u>74.405</u>	<u>68.175</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>204.375</u>	<u>182.975</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>630.279</u>	<u>631.444</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita operacional líquida	20	596.657	511.550
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(44.925)	(22.847)
Provisão de manutenção	18	(43.081)	(28.797)
Depreciação e amortização		(47.415)	(44.958)
Custo com poder concedente		(11.394)	(11.088)
Serviços		(30.666)	(19.181)
Custo com pessoal		(28.544)	(26.207)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.936)	(7.236)
Outros		<u>(3.040)</u>	<u>(2.762)</u>
		(218.001)	(163.076)
Lucro bruto		378.656	348.474
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(11.020)	(14.482)
Serviços		(15.463)	(9.026)
Materiais, equipamentos e veículos		(844)	(1.015)
Depreciação e amortização		(964)	(612)
Outros		<u>(13.468)</u>	<u>(12.000)</u>
		(41.759)	(37.135)
Outras receitas operacionais		1.216	1.095
Outras despesas operacionais		<u>(738)</u>	<u>(875)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		337.375	311.559
Despesas financeiras	21	(60.720)	(68.050)
Receitas financeiras	21	<u>44.748</u>	<u>41.726</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		321.403	285.235
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(118.662)	(99.337)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8b	<u>11.088</u>	<u>3.678</u>
Lucro líquido do exercício		<u>213.829</u>	<u>189.576</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)			
Ordinárias	19 f	0,09947	0,08819
Preferenciais	19 f	0,09947	0,08819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	213.829	189.576
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>213.829</u>	<u>189.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2012		109.400	21.589	2.352	29.438	-	162.779
Distribuição de dividendos em 26 de março 2012		-	-	-	(29.438)	-	(29.438)
Aumento de capital em 21 de dezembro de 2012		5.400	(5.400)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	189.576	189.576
Destinações:							
Reserva legal		-	6.770	-	-	(6.770)	-
Reserva estatutária		-	-	948	-	(948)	-
Dividendos intermediários em 26 de Outubro de 2012		-	-	-	-	(139.942)	(139.942)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	41.916	(41.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		114.800	22.959	3.300	41.916	-	182.975
Distribuição de dividendos em 22 de março 2013	19 e	-	-	-	(41.916)	-	(41.916)
Aumento de capital em 13 de dezembro de 2013	19 a	15.170	(15.170)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	213.829	213.829
Destinações:							
Reserva legal	19 b	-	10.692	-	-	(10.692)	-
Reserva estatutária	19 c	-	-	1.069	-	(1.069)	-
Dividendos intermediários em 28 de outubro de 2013	19 e	-	-	-	-	(150.513)	(150.513)
Reserva de retenção de lucros	19 d	-	-	-	51.555	(51.555)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>129.970</u>	<u>18.481</u>	<u>4.369</u>	<u>51.555</u>	<u>-</u>	<u>204.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	213.829	189.576
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.088)	(3.678)
Depreciação e amortização	48.379	45.570
Baixa do ativo imobilizado e intangível	738	873
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	13.412	7.684
Juros e variação monetária sobre debêntures, financiamentos e arrendamento mercantil	17.265	21.537
Capitalização de custo de empréstimos	(1.283)	(338)
Ganho com operações com derivativos	(9.538)	(4.728)
Valor justo sobre financiamentos	(254)	1.541
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	403	-
Constituição da provisão de manutenção	43.081	28.797
Ajuste a valor presente da provisão manutenção	4.619	7.924
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(1.888)	(49)
Contas a receber - partes relacionadas	(4.932)	(2.555)
Impostos a recuperar	1.703	(1.783)
Despesas antecipadas e outras	(4.707)	2.569
Depósitos judiciais	5.200	(142)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	4.386	(2.992)
Fornecedores - partes relacionadas	221	57
Obrigações sociais e trabalhistas	598	1.803
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	106.656	99.480
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(108.657)	(59.562)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(194)	(228)
Obrigações com o poder concedente	1.702	(333)
Realização da provisão de manutenção	(34.824)	(23.982)
Outras contas a pagar	1.375	8
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>286.202</u>	<u>307.049</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.474)	(6.101)
Adições ao ativo intangível	(44.925)	(22.854)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(52.399)</u>	<u>(28.955)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação da operações com derivativos	23.260	(4.712)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil:		
Captações	119.835	263
Pagamentos de principal	(165.353)	(30.510)
Pagamentos de juros	(15.748)	(22.565)
Dividendos pagos	(192.429)	(169.380)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(230.435)</u>	<u>(226.904)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.368	51.190
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	82.298	31.108
No final do exercício	<u>85.666</u>	<u>82.298</u>
	<u>3.368</u>	<u>51.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas			
Receita de pedágio	20	593.957	524.581
Receita de construção	20	44.925	22.847
Outras receitas	20	10.630	10.712
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(44.925)	(22.847)
Provisão de manutenção	18	(43.081)	(28.797)
Custos dos serviços prestados		(52.393)	(38.705)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.572)	(28.209)
Valor adicionado bruto		<u>478.541</u>	<u>439.582</u>
Depreciação e amortização		<u>(48.379)</u>	<u>(45.570)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>430.162</u>	<u>394.012</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>44.748</u>	<u>41.726</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>474.910</u></u>	<u><u>435.738</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		25.850	21.031
Benefícios		7.022	7.882
FGTS		1.316	1.239
Outras		201	412
Tributos			
Federais		135.395	120.567
Estaduais		89	92
Municipais		30.289	26.784
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		60.182	67.433
Aluguéis		737	722
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	19 e	150.513	139.941
Lucros retidos do exercício		<u>63.316</u>	<u>49.635</u>
		<u><u>474.910</u></u>	<u><u>435.738</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

a) Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote nº 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 21 de novembro de 2021.

O lote nº 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

b) Discussões em juízo com o Poder Concedente

i. Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 09 de outubro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 5 de maio de 2004; no pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04.

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 23 de setembro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Companhia encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 e de 2012 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 e 2005 a 2009 estão pendentes de julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos processos.

v. Procedimentos administrativos e ações judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi proferido despacho em 16 de setembro de 2013, suspendendo o processo por 90 (noventa) dias. O processo aguarda manifestação das partes quanto ao seu prosseguimento.

vi. **Redução de tarifa – receita maior**

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob a alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Proferida sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que estão pendentes de julgamento.

2. **Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) **Moeda estrangeira**

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Receitas de Serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos dentro do imobilizado e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item “s”.

i) Ativos arrendados

Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob os arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 17.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

l) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

m) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

o) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definido

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Media Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

r) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 24) ao Poder Concedente, sob o entendimento do contrato de concessão ser um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

s) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (RI)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro, ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

t) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

u) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 E IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 E IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornecer aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Apresentação demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos
- 17 Classificação de arrendamento mercantil
- 18 Provisão de manutenção
- 22 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e de taxa de juros e opções de compra de *Libor*, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando-se como base cotações de mercado futuras obtidas no mercado (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas de eventuais cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de *Libor* com teto (*cap*)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de *Black Scholes* para precificação de opções de taxas de juros.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da *London Interbank Offered Rate (Libor)*, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais, da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantil financeiro	427	58	87
Debêntures	60.205	177.100	-

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	4.217	3.606
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	81.449	78.692
	<u>85.666</u>	<u>82.298</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7. Contas a receber de clientes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Receitas acessórias	2151	34
Pedágio eletrônico – outros	1.475	1.704
	<u>3.626</u>	<u>1.738</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	2.118	2.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(2.118)	(2.118)
	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Créditos a vencer	3.528	1.665
Créditos vencidos até 60 dias	98	73
Créditos vencidos há mais de 90 dias	2.118	2.118
	<u>5.744</u>	<u>3.856</u>

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrados no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	321.403	285.235
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(109.277)	(96.980)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais não dedutíveis	3.440	2.715
Despesas com brindes e associações de classe	(151)	(979)
Despesas indedutíveis	(1.260)	(134)
Outros ajustes tributários	<u>(326)</u>	<u>(281)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(107.574)</u>	<u>(95.659)</u>
Impostos correntes	(118.662)	(99.337)
Impostos diferidos	11.088	3.678
	<u>(107.574)</u>	<u>(95.659)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,47%</u>	<u>33,54%</u>

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	53.547	51.761
Constituição da provisão de manutenção (c)	27.635	23.257
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	7.797	8.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	721	721
Provisão para participação nos resultados (PLR)	849	633
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	238	149
Valor justo de operações com derivativos	-	3.214
Variação cambial	-	2.619
Outras	778	498
	<u>91.565</u>	<u>91.458</u>
Bases passivas		
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(8.212)	(8.636)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(95.736)	(98.642)
Resultado com operações de derivativos	-	(4.579)
Valor justo de operações com derivativos	-	(3.214)
Outras	(726)	(584)
	<u>(104.674)</u>	<u>(115.655)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(13.109)</u>	<u>(24.197)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07.
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07.
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07.
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07.
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual- Lei nº 11.638/07.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Conta a receber</u>	<u>Fornecedores e contas a pagar</u>
Controladora			
CCR (c)	4.753	-	11
Outras partes relacionadas			
CPC (d)	5.935	-	-
STP / CGMP / SGMP (b)	-	25.194	-
Andrade Gutierrez Concessões (a)	-	-	1.291
Camargo Corrêa S.A. (a)	-	-	1.142
Cesbe (e)	-	-	97
J.Malucelli (a)	1.141	-	5.883
Total, 31 de dezembro de 2013	<u>11.829</u>	<u>25.194</u>	<u>8.424</u>
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>11.431</u>	<u>20.262</u>	<u>8.203</u>

Despesas com profissionais-chave da Administração

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.349	1.107
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.081	1.139
Previdência privada	57	37
Seguro de vida	6	5
	<u>2.493</u>	<u>2.288</u>

Saldos a pagar aos profissionais-chave da Administração

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Remuneração dos administradores (f)	602	574

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na A.G.O. realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.400, a qual não inclui os encargos sociais.

A seguir, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para a concessionária no período subsequente;
- Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- Refere-se a saldos de dividendos a pagar;
- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	2.305	(1.371)	934	2.145	(1.140)	1.005
Máquinas e equipamentos	14	7.393	(4.310)	3.083	8.094	(4.816)	3.278
Veículos	21	13.365	(6.696)	6.669	13.244	(7.386)	5.858
Sistemas operacionais	12	25.495	(13.160)	12.335	26.105	(12.851)	13.254
Imobilizações em andamento		3.694	-	3.694	2.847	-	2.847
		<u>52.252</u>	<u>(25.537)</u>	<u>26.715</u>	<u>52.435</u>	<u>(26.193)</u>	<u>26.242</u>

Movimentação do custo

	2012		2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de verba PRF (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.145	-	(123)	283	-	2.305
Máquinas e equipamentos	8.094	-	(1.011)	310	-	7.393
Veículos	13.244	-	(2.428)	2.549	-	13.365
Sistemas operacionais	26.105	-	(2.927)	2.317	-	25.495
Imobilizações em andamento	2.847	7.551	-	(6.704)	-	3.694
	<u>52.435</u>	<u>7.551</u>	<u>(6.489)</u>	<u>(1.245)</u>	<u>-</u>	<u>52.252</u>

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011			2012		
Móveis e utensílios	1.936	-	(132)	341		2.145
Máquinas e equipamentos	7.980	-	(352)	466		8.094
Veículos	12.873	-	(1.315)	2.598	(912)	13.244
Sistemas operacionais	25.620	-	(1.466)	1.951		26.105
Imobilizações em andamento	1.305	7.092	-	(5.550)		2.847
	<u>49.714</u>	<u>7.092</u>	<u>(3.265)</u>	<u>(194)</u>	<u>(912)</u>	<u>52.435</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 77 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 79 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Movimentação da depreciação

	2012		2013		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	(1.140)	(193)	100	(138)	(1.371)
Máquinas e equipamentos	(4.816)	(748)	997	257	(4.310)
Veículos	(7.386)	(1.190)	1.831	49	(6.696)
Sistemas operacionais	(12.851)	(2.906)	2.823	(226)	(13.160)
	<u>(26.193)</u>	<u>(5.037)</u>	<u>5.751</u>	<u>(58)</u>	<u>(25.537)</u>

	2011		2012		
Móveis e utensílios	(1.074)	(171)	105	-	(1.140)
Máquinas e equipamentos	(4.316)	(837)	337	-	(4.816)
Veículos	(6.363)	(1.596)	573	-	(7.386)
Sistemas operacionais	(11.520)	(2.708)	1.377	-	(12.851)
	<u>(23.273)</u>	<u>(5.312)</u>	<u>2.392</u>	<u>-</u>	<u>(26.193)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Ressarcimento de verba PRF: refere-se a obrigações contratuais conforme contrato de concessão, Convênio nº 081/2010.

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicativos de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores.

Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2013 foi de 4,48% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 4,76% a.a. em 2012.

12. Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	8.173	4.085
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	94	168
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>3.130</u>	<u>2.758</u>
	<u>11.397</u>	<u>7.011</u>

a) Os saldos referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Em moeda nacional</u>				
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	Setembro de 2013	-	406 (b)
1. Diversos (Finame)	TJLP + 1% a 4,3% a.a.	Outubro de 2014	368	1.055 (b)
1. Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Junho de 2017	<u>204</u>	<u>263 (b)</u>
Subtotal em moeda nacional			<u>572</u>	<u>1.724</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>				
2. Merrill Lynch	US\$ + LIBOR + 1,5% a.a.	Novembro de 2013	<u>-</u>	<u>94.132 (a)</u>
Subtotal em moeda estrangeira			<u>-</u>	<u>94.132</u>
Total geral			<u>572</u>	<u>95.856</u>
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro			<u>427</u>	<u>95.285</u>
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro			<u>145</u>	<u>571</u>

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 22 para maiores detalhes).

Garantia:

(b) Bens financiados.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2013</u>
2015	58
2016	58
2017	<u>29</u>
	<u><u>145</u></u>

- Contratados ao longo dos anos de 2007 a 2011, com taxas remuneratórias entre 1% a.a. e 4,3% a.a. mais TJLP, no valor nominal total de R\$ 2.233, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

Em 2012, foram contratados novos financiamentos, com taxas remuneratórias fixas entre 5,50% a.a. e 7,70% a.a., no valor nominal total de R\$ 263, destinam-se substancialmente à compra de caminhões e guinchos.

- Em 10 de novembro de 2011, foi contratado financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US\$ 45.819 mil, equivalente a R\$ 80.000, com vencimento final em 14 de novembro de 2013, sendo o pagamento de juros semestral e pagamento de principal no final da operação.

Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando 100% da totalidade da variação cambial, dos juros e o IR sobre remessa ao exterior por 101% do CDI.

Em 14 de novembro de 2013 foi liquidado o financiamento em moeda estrangeira, através da resolução 4131 do Banco Central do Brasil (BACEN), no montante de USD 45.819 mil.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012
1. 2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	1.645	269	Novembro de 2015	115.445	172.444 (a)
2. 2a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,1353% (b)	165	151	Novembro de 2015	<u>121.440</u>	<u>-</u> (a)
						236.885	172.444
Circulante							
Debêntures						60.205	58.760
Custos de transação						<u>(192)</u>	<u>(307)</u>
						<u>60.013</u>	<u>58.453</u>
Não Circulante							
Debêntures						177.100	114.260
Custos de transação						<u>(228)</u>	<u>(269)</u>
						<u>176.872</u>	<u>113.991</u>

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Não existem garantias.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2013</u>
2015	177.100

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3;
- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3;
- (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4;
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.

2. Em 11 de novembro de 2013, foi emitida a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 120.000, junto ao Banco Itaú BBA, com remuneração correspondente à variação acumulada de 106,40% do CDI. Sendo o pagamento de juros semestral e o principal em 11 de novembro de 2015, no final da operação.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Redução do capital social da Emissora seja de forma individual ou por reduções agregadas, em um montante superior a R\$100.000 sem que haja anuência prévia de ao menos 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures, manifestada em Assembleia especialmente convocada para este fim;
- Distribuição de dividendos, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 (quatro) vezes.

15. Obrigações Fiscais federais, estaduais e municipais a recolher - circulante

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRPJ e CSLL	48.669	46.021
ISS	2.928	2.520
COFINS	1.621	6.935
IRRF	63	53
PIS, COFINS e CSLL retidos	227	155
PIS	351	314
INSS retido	385	247
	<u>54.244</u>	<u>56.245</u>

16. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012			2013		
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Reversão	Provisão de juros	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	299	423	(3)	(373)	13	359
Trabalhistas e previdenciárias	-	363	-	(23)	-	340
Tributárias	191	-	(191)	-	-	-
	<u>490</u>	<u>786</u>	<u>(194)</u>	<u>(396)</u>	<u>13</u>	<u>699</u>
	<u>2011</u>	<u>2012</u>				
Movimento em 2012	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>(228)</u>		<u>-</u>	<u>490</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2013	2012
Cíveis e administrativos	78.606	67.546
Trabalhistas e previdenciários	84	604
Tributárias	-	3.277
	<u>78.690</u>	<u>71.427</u>

17. Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 997 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estavam incluídos no ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
		Veículos	20	997	(611)	386	2.094
		<u>997</u>	<u>(611)</u>	<u>386</u>	<u>2.094</u>	<u>(889)</u>	<u>1.205</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 11 relativos a despesas financeiras (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 372 relativos a despesas de depreciação, ocorridos apenas em 2013.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão de manutenção

	2012		2013			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante	22.645	19.885	2.436	(34.824)	12.539	22.681
Não circulante	45.757	23.196	2.183	-	(12.539)	58.597
Total	68.402	43.081	4.619	(34.824)	-	81.278

	2011		2012			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante	16.399	19.711	10.517	(23.982)	-	22.645
Não circulante	39.264	9.086	(2.593)	-	-	45.757
Total	55.663	28.797	7.924	(23.982)	-	68.402

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 12 de dezembro de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 15.170, mediante capitalização de parte de Reserva Legal, sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 114.800 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 129.970 em 31 de dezembro de 2013, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, permanecendo dividido em 2.149.600.000 ações nominativas, sendo 716.533.334 ordinárias e 1.433.066.666 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital Social.

d. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na A.G.O. de 2013.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 22 de março de 2013, foi aprovada em A.G.O., a distribuição de dividendos propostos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 41.916 correspondentes a R\$ 0,0194 por ação à conta de reserva de retenção de lucros.

Em 28 de outubro de 2013, foi aprovada em A.G.O., a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 150.513 correspondentes a R\$ 0,0700 à conta de lucros acumulados do período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 30 de setembro de 2013.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2013 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	213.829
(-) Constituição de reserva legal	(10.692)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(1.069)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>202.068</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>50.517</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>150.513</u>

f. Lucro por ação básico e diluído

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	213.829	189.576
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	716.533.334	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais- básico e diluído	1.433.066.666	1.433.066.666
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,09947	0,08819
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,09947	0,08819

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receitas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de pedágio	593.957	524.581
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	44.925	22.847
Receitas acessórias	10.630	10.712
Receita bruta	<u>649.512</u>	<u>558.140</u>
Impostos sobre receitas	(52.375)	(46.388)
Devoluções e abatimentos	(480)	(202)
Deduções das receitas brutas	<u>(52.855)</u>	<u>(46.590)</u>
Receita líquida	<u><u>596.657</u></u>	<u><u>511.550</u></u>

21. Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	(17.265)	(21.537)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(24.871)	(19.175)
Perda com operações de derivativos	(9.112)	(8.994)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.619)	(7.924)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.283	338
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(5.471)	(9.711)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(665)	(1.047)
	<u>(60.720)</u>	<u>(68.050)</u>
Receitas Financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	11.459	11.491
Ganho com operações de derivativos	18.650	13.722
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	5.725	8.170
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.672	8.336
Juros e outras receitas financeiras	242	7
	<u>44.748</u>	<u>41.726</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(15.972)</u></u>	<u><u>(26.324)</u></u>

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, liquidados em 14 de novembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2013			2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	81.449	-	-	78.692	-	-
Contas a receber	-	3.626	-	-	1.738	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	25.194	-	-	20.262	-
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	13.722	-	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(406)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(572)	-	-	(1.318)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(94.132)	-	-
Debêntures (a)	-	-	(236.885)	-	-	(172.444)
Fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente	-	-	(23.223)	-	-	(15.760)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(8.424)	-	-	(8.203)
	<u>81.449</u>	<u>28.820</u>	<u>(269.104)</u>	<u>(1.718)</u>	<u>22.000</u>	<u>(198.131)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil;
- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Arrendamento mercantil, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores – partes relacionadas** – Estão registrados pelo método do custo amortizado.
- **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia contratou operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que na mesma data da contratação foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessa dívida pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa, Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil (a)	Valor Justo	Valor contábil (a)	Valor Justo
Debêntures	237.305	240.736	173.020	176.060

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Financiamentos** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2013	2012
Aplicações financeiras	81.449	78.692
Derivativos a receber e a pagar	-	13.722
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(94.132)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da *Libor*, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações com derivativos visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seu endividamento em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Riscos cambiais	9.538	(4.728)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2013 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	237.305	(25.939)	(32.467)	(39.010)
A taxa de juros considerada foi (1):						
		CDI (2)		9,77%	12,21%	14,66%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (02) a (03) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP;

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil - R\$ 15.000;
- Riscos de Engenharia - Conservação e Manutenção - R\$ 20.000
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos - R\$ 69.448;
- Riscos Patrimoniais/Operacionais - R\$ 25.000;
- Perda de Receita - R\$ 53.275;
- Veículos: Cobertura para danos materiais de R\$ 66.500, sendo R\$ 500 por veículo, danos morais de R\$ 13.300, sendo R\$ 100 por veículo, para equipamentos de R\$ 3.876, sendo R\$ 92 por veículo, para acidentes pessoais por passageiro de R\$ 300, sendo R\$ 30 por veículo; para danos de cobertura total de R\$ 10.000, sendo R\$ 100 por veículo.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 271.716, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2013 esses compromissos totalizavam R\$ 1.250.802 (R\$ 1.233.939 em 31 de dezembro de 2012) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
João Francisco Bittencourt	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Carlos Loyola e Silva	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

José Alberto Moraes Rego de Souza Moita	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Cláudio José Machado Soares	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC SP129452/O-3 S/PR

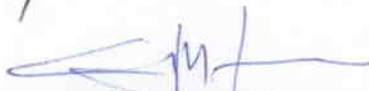
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 19 de fevereiro de 2014 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Ponta Grossa, 19 de fevereiro de 2014.



JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
Diretor Presidente e de Relação com Investidores



CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES
Diretor Operacional

